



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019**

**Processo Administrativo nº 23005.001552/2017-47**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD**, por intermédio da Coordenadoria de Compras, com endereço de correspondência à Rua João Rosa Góes, n 1761, Vila Progresso, CEP 79.825-70, Dourados/MS por meio do Pregoeiro **Paulo Roberto Batista**, designado pela Portaria/Reitoria nº 302, de 20 de abril de 2018, considerando a autorização contida nos autos do processo administrativo UFGD nº **23005.001552/2017-47**, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**, em regime de execução mediante **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, na forma da na forma da **Lei nº 10.520/2002, Lei 8.078/90 (CDC), da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos nºs 5.450/2005 e 3.555/2000, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e das exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.**

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA:** 05 de junho de 2019.

**HORÁRIO:** 09h00min (horário de Brasília).

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**UASG:** 154502

**SEÇÃO I - DO OBJETO**

**1.** O objeto desta licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Perfuração, construção de estruturas físicas, testes, ensaios e obtenção das licenças, inclusive a outorga, junto aos órgãos reguladores, de 3 (três) Poços Tubulares, nas Unidades 2 e 3 da Universidade Federal da Grande Dourados**, conforme as especificações técnicas e de quantidades descritas no Anexo I - Termo de Referência.

**1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto, descritas no **COMPRASGOVERNAMENTAIS**, e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **SEÇÃO II - DA DESPESA**

- 2.** A despesa total para a execução do objeto de que trata esse edital é estimada em **R\$ 383.245,47 (trezentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos)**, conforme o orçamento estimativo disposto no Termo de Referência.
- 3.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Fonte: 8250263500

Programa de Trabalho: 108710

Elemento de Despesa: 449052-92

## **SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 4.** O Credenciamento é o nível básico (mínimo) do registro cadastral no SICAF, para a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.1.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 4.2.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.2.1.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.3.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**5.** Poderão participar deste **Pregão** os interessados que **explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado**, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 9º da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 3/2018.

**6.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**7.** Não poderão participar deste **Pregão**:

- 7.1.** Empresa ou sociedade estrangeira que não funcionem no país;
- 7.2.** Empresa suspensa de contratar com a UFGD, na forma do artigo 87, III, da Lei 8.666/93;
- 7.3.** Empresa impedida de licitar ou contratar com a União, seus órgãos ou entidades, quando a pena for imposta com base no artigo 7º da Lei 10.520/2002;
- 7.4.** Empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na formado artigo 87, IV, da Lei 8.666/93;
- 7.5.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.6.** Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**.
- 7.7.** Empresa cujos sócios, dirigentes ou funcionários sejam servidores da UFGD.
  - 7.7.1.** A proibição prevista no item em questão, estender-se-á as empresas cujos sócios ou dirigentes possuam cônjuge, companheiro ou parentes, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de servidor ativo ou



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

inativo há menos de 3 (três) anos, ou de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Universidade Federal da Grande Dourados/MS;

**7.8.** Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência ou concordata;

**7.8.1.** Desde que não estejam a utilizar recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, de forma a caracterizar comando único de gestão, não há impedimento para que empresas que estejam em processo de **fusão, incorporação ou cisão** participarem conjuntamente do mesmo certame.

**7.8.2.** Em se tratando de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação ficará condicionada a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

**7.9.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por improbidade administrativa, na forma da Lei 8.429/92.

**7.10.** Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**7.11.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e

**7.12.** Empresa responsável pela elaboração do projeto básico da licitação, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

**8.** Como condição de participação no Pregão Eletrônico, o **Licitante** deverá marcar “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, declarando que:

**8.1.** Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (**DECLARAÇÃO DE ME/EPP**);

**8.1.1.** Existindo itens com participação exclusiva para ME/EPP, a marcação do campo “não” impedirá a participação nestes itens;

**8.1.2.** Existindo itens tido como de ampla concorrência, ou seja, não exclusivos a ME/EPP, a marcação do campo “não” apenas produzirá o efeito do licitante não ter direito ao tratamento



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 8.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 8.3. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.5. Sua proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 8.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, inclusive quanto ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas respectivas leis de regência.

9. A participação neste Pregão é **EXCLUSIVA A MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS**, conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

#### **SEÇÃO IV – DA PROPOSTA**

10. O **licitante** deverá cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo fazê-lo até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

11. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 11.1. Descrição do objeto/serviço ofertado, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 11.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **VALOR GLOBAL do item**, com até 02 casas decimais após a vírgula, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e todos os demais custos diretos ou indiretos para a execução do objeto.
- 11.3. A quantidade de unidades, devendo ser observada a quantidade fixada no Termo de Referência para cada item e da planilha orçamentária.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 11.4.** O **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.
- 12.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 13.** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 13.1.** Qualquer elemento que possa identificar o **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 13.2.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 13.3.** Até a abertura da sessão, o **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 14.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 15.** As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 16.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

## **SEÇÃO V – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 17.** O Critério de julgamento adotado para esta licitação será o **MENOR PREÇO GLOBAL por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 18.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

## **SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 19.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo **Pregoeiro** ocorrerá na



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

data e no horário indicado preâmbulo deste Edital, por meio de sistema eletrônico a ser realizado no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

- 19.1.** Todas as referências de tempo/horário previstas neste Edital, e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 20.** A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
  - 20.1.** Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 21.** Sempre que se fizer necessário, o Pregoeiro poderá suspender a sessão pública, registrando em mensagem via “chat” para conhecimento de todos os licitantes, a efetiva suspensão da sessão, e data e horário em que as atividades serão retomadas.
- 22.** Iniciada a Sessão Pública o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
  - 22.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 22.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 23.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

## **SEÇÃO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 24.** Iniciada a etapa competitiva, os **licitantes** classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
  - 24.1.** Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR GLOBAL (TOTAL) DO ITEM**, conforme apresentado no Termo de Referência.
- 25.** Os **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, porém, sempre inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 25.1.** Os lances deverão serem formulados com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula;
  - 25.2.** Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro pelo sistema;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 25.3.** Os lances que forem efetuados pelo mesmo licitante com um intervalo mínimo menor que 20 (vinte) segundos, bem como os lances efetuados com intervalo inferior a 3 (três) segundos, serão automaticamente excluídos pelo sistema (**IN/SLTI/MPOG Nº 03/2011, alterada pela IN/SLTI/MPOG Nº 03/2013**).
- 25.4.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 25.5.** A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 25.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 26.** Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.
- 27.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 28.** O **Pregoeiro** poderá excluir lances que estejam em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas).
- 29.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do **Pregoeiro**, que informará com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do termo de iminências.
- 29.1.** Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, **aleatoriamente** determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

## **SEÇÃO VIII – DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO**

- 30.** Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 31.** No caso de desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**SEÇÃO IX - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**32.** Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 32.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão considerados empatados com a primeira colocada;
- 32.2.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 32.3.** A convocada que não apresentar nova proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da LC 123/2006;
- 32.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**33.** O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO**

**34.** Concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o art. 44 da LC nº 123/2006, o **Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

- 34.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**;
- 34.2.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**SEÇÃO XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**35.** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o **Pregoeiro** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à conformidade com as especificações técnicas e quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

**36.** A proposta ajustada ao lance vencedor, deverá ser encaminhada, após solicitação do Pregoeiro, devendo ser apresentada na forma do **ANEXO III**, e atender, ainda, as seguintes disposições:

**36.1.** Estar acompanhada de Planilha Orçamentária, conforme planilha disponibilizada no **ANEXO V**, demonstrando as quantidades e valor unitários de cada um dos itens referente à composição da proposta final;

**36.1.1.** Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, conforme Planilha de Orçamento Sintético, divulgada junto ao **ANEXO V**;

**36.1.2.** Nos preços cotados, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

**36.1.3.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

**36.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**36.2.** Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração.

**36.3.** O licitante vencedor deverá apresentar o detalhamento do BDI, nos moldes da planilha disponível no **ANEXO V**.

**36.3.1.** As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

**36.3.2.** **As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS,**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**discriminados na composição do BDI, compatíveis às alíquotas a que estiverem obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006;**

**36.3.3. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão comprovar as alíquotas utilizadas na elaboração do seu BDI, mediante apresentação do EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL relativo à última informação à Receita Federal;**

**36.3.4.** Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto n. 7.983/2013.

**36.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**37.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993

**38.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

**39.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, que:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 39.1.** Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 39.2.** Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 39.3.** Cujos valores unitários ou valor global sejam superiores ao fixados nas planilhas orçamentárias que compõem o **ANEXO V** do edital ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 39.4.** Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 39.5.** Apresente valor de BDI superior a **20,16%**, levando-se em conta os valores máximos de confiança apresentados no estudo do TCU exposto no acórdão nº 2622/2013 para o tipo de objeto enquadrado neste Termo de Referência;
- 39.6.** Não esteja acompanhada da Planilha Orçamentária com a demonstração dos Custos Unitários, nos moldes da Planilha divulgada no **ANEXO V**.
- 39.7.** Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas;
- 39.8.** Apresentar na composição de seus preços:
  - 39.8.1.** Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil ou incompatíveis com a realidade da empresa;
  - 39.8.2.** Quantitativo de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;
- 40.** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 40.1.** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

- 40.2.** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 41.** Uma vez constatada, **dentro da proposta de menor preço global**, a existência de itens com preços superiores aos estimados pela Administração, a licitante deverá promover a readequação do respectivo item ao preço base estimado pela Administração, devendo fazê-lo no prazo concedido pelo **Pregoeiro** sob pena de desclassificação da proposta.
- 42.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 43.** Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 43.1.** Comprovadamente, for insuficiente para cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 43.2.** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 44.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 44.1.** O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 44.2.** Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será realizada diligências para o exame da proposta.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 44.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentam a suspeita.
- 45.** Erros formais no preenchimento da planilha não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 45.1.** O **Pregoeiro** poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela UFGD.
- 46.** Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** não atender às exigências habilitatórias, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 46.1.** Sempre que a proposta não for aceita, antes de o Pregoieiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 47.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da UFGD ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 48.** Havendo necessidade, o Pregoieiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

## **SEÇÃO XII - DA HABILITAÇÃO**

**49.** **Como condição prévia ao exame da documentação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar**, o Pregoieiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 49.1.** SICAF;
- 49.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, disponível no sítio <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- 49.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**49.3.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

**49.4.** Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN<sup>1</sup>

**50.** Constatada a existência de sanção impeditiva, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**51.** A **licitante** deverá apresentar o atendimento comprovação de Habilidade Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, e à Qualificação Econômico-Financeira e Técnica (**níveis I ao VI**), junto ao SICAF ou deverá apresentar os documentos que comprovem os requisitos de habilitação não atendidos no SICAF.

**52.** O SICAF será utilizado para aferição da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista, bem como da Qualificação Financeira por meio de consulta “on line”.

**52.1.** Também poderão ser consultados sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

**53.** Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF **além do nível de credenciamento** exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, **ou que estejam abrangido ou atualizados em qualquer outros nível de habilitação**, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilidade Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante:

**53.1. Habilidade Jurídica:**

**53.1.1.** Ato constitutivo da empresa: estatuto, contrato social em vigor ou Registro de empresário individual. Todos devidamente atualizados e registrados junto ao órgão competente do Registro do Comércio (Junta Comercial);

**53.1.2.** Em se tratando de **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE: apresentar**, certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI).

<sup>1</sup> A verificação de registro positivo junto ao CADIN não impede a contratação da empresa.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

**53.1.3.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**53.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**53.2.1.** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**53.2.2.** Prova de **regularidade perante a Fazenda Nacional**, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**53.2.3.** Prova de regularidade junto a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

**53.2.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**53.2.5.** Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT) que comprove a regularidade da empresa com a JUSTIÇA DO TRABALHO, na forma do artigo 29, inciso V, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei 12.440/2011.

**53.2.6.** Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

**53.3. Qualificação Econômico-Financeira**

**53.3.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão.

**53.3.2.** Comprovação da boa situação financeira da empresa se dará mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**53.3.3.** O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**53.3.4.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**53.3.5.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

**53.4. Qualificação Técnica:**

**53.4.1.** Prova de inscrição ou registro da licitante e dos seus responsáveis técnicos, junto ao **CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)**, ou **outro conselho de classe compatível**, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação;

**53.4.2.** Atestados de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

identificada, **em nome do licitante**, relativo à execução de serviços, compatível em características com o objeto da presente licitação.

**53.4-2.1.** Para fins de verificar a compatibilidade o atestado deverá comprovar que a empresa já executou poço artesiano, com profundidade de no mínimo 85 metros.

**53.4.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional:** A empresa deverá comprovar possuir em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, **no mínimo 01 (um) profissional de nível superior com formação geologia, engenharia ou outro profissional**, desde que detentor habilitação e qualificação, devidamente comprovadas, para a execução dos serviços objeto da contratação, devendo ainda ser reconhecido por entidade competente conforme art. 30 § 1º inciso I da lei n.º 8.666/93. Esse profissional deverá ser detentores de Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU ou outro conselho compatível da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida por estes conselhos, que comprovem que os profissionais tenham executado serviços em prédio público ou comercial.

**53.4-3.1.** A comprovação de vínculo profissional se fará alternativamente com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante com CONTRATANTE, ou ainda do estatuto ou contrato social em se tratando de profissional pertencente ao quadro societário, ou de contrato de prestação de serviços profissionais ou similar, em que conste o profissional como responsável técnico ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

**53.4.4.** Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA, ou outro Conselho de Classe competente, do responsável técnico que acompanhará a execução do objeto desta licitação. O responsável técnico indicado deverá ser o mesmo dos atestados de capacidade técnico-profissional apresentado.

**53.4-4.1.** No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**54.** A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões feitas pelo Pregoeiro, desde que impresso e juntado aos autos no momento da habilitação, constitui meio legal de prova de requisito exigido para a habilitação.

**55.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica apresentada, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**56.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**56.1.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**57.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

**58.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da **licitante**, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

**58.1.** Se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**58.2.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**59.** Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** não atender às exigências habilitatórias, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**59.1.** Sempre que a proposta não for aceita, haverá nova verificação, pelo sistema, quanto a eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**60.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**61.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

**62.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**SEÇÃO XIII – DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO (HABILITAÇÃO E PROPOSTA)**

**63.** A proposta ajustada ao lance final da licitante vencedora, os “folders”, encartes, folhetos técnicos ou catálogos, **bem como os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF**, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos em conjunto, **ATRAVÉS DE ARQUIVO ÚNICO**, por meio da opção “**ENVIAR ANEXO**” do sistema Comprasgovernamentais, **no prazo de até 04 (quatro) horas** contadas da solicitação do Pregoeiro.

**63.1.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

**63.2.** Caso o licitante, por alguma razão qualquer, não consiga encaminhar todos os documentos em **arquivo único** por meio da opção “**ENVIAR ANEXO**”, poderá encaminhar os documentos, **DENTRO DO MESMO PRAZO FIXADO NO CAPUT DESTE ITEM**, por meio do e-mail [compras@ufgd.edu.br](mailto:compras@ufgd.edu.br), hipótese em que o Pregoeiro **convocará novamente o licitante** para o envio ou a complementação do envio da documentação por meio do sistema, a fim de manter a máxima transparência e permitir o respectivo controle social da ação administrativa.

**63.2.1.** O licitante **FICA CIENTE** de que caso não encaminhe os documentos por meio do sistema após a sua reconvocação pelo pregoeiro, que ocorrerá no máximo duas vezes, será desclassificado do certame.

**63.3.** O licitante convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta, **que deixar de encaminhar sua documentação/proposta, e consequentemente, não mantiver sua proposta ofertada durante a sessão pública**, poderá ser penalizado nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, com a sanção de impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**64.** Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “**Enviar**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**Anexo**” do sistema *Compras governamentais* poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo **Pregoeiro**, à Coordenadoria de Compras – Divisão de Licitação, com endereço na Rua João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, CEP 79.825-070, Unidade I da UFGD, em Dourados/MS.

**65.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

**66.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**66.1.** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **SEÇÃO XIV – DA VISTORIA**

**67.** A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

**67.1.** A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, devendo ser previamente agendada pelo telefone (67) 3410-2763.

**67.2.** Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão.

#### **SEÇÃO XIV - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**68.** Uma vez encerrada, a sessão pública poderá ser reaberta:

**68.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 68.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 69.** Os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 69.1.** A convocação se dará, **prioritariamente**, por meio do sistema eletrônico (“chat”), podendo ser realizada também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório
- 69.1.1.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 70.** Da reabertura da sessão pública será registrada, pelo sistema, ata complementar

#### **SEÇÃO XIV - DO RECURSO**

- 71.** Após a aceitação das propostas, o **Pregoeiro** realizará habilitação dos fornecedores, declarando os vencedores, após, concederá prazo mínimo 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, em campo próprio do sistema e de forma motivada, manifestar sua intenção em recorrer contra a decisão do Pregoeiro.
- 71.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste **Pregão**, implica preclusão desse direito, ficando o **Pregoeiro** autorizado a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.
- 72.** Havendo quem se manifeste, o **Pregoeiro** fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. A rejeição do recurso, nessa fase, se dará apenas em face do não preenchimento dos pressupostos recursais, tais como a tempestividade, interesse e legitimidade do recorrente.
- 73.** Admitido o recurso, a recorrente deverá registrar suas razões de recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de até 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em até outros 3 (três) dias, os quais começarão a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 74.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**75.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**76.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### **SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**77.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recursos, ou pela autoridade competente após a regular decisão dos recursos apresentados.

**77.1.** Após a adjudicação ou após a fase recursal (quando houver), constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente promoverá a homologação do processo licitatório.

### **SEÇÃO XVI – DO TERMO DE CONTRATO E DA VIGÊNCIA**

**78.** Após homologado o resultado deste Pregão, a **Administração da UFGD** convocará a **licitante vencedora**, durante a validade da sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no artigo 81 da Lei n.º 8.666/1993.

**79.** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da UFGD.

**79.1.** É facultado ao Pregoeiro, quando a convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

**80.** Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

**80.1.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos;

**81.** A vigência do presente contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, contado da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

**81.1.** Desde que devidamente justificada, conforme exigência do § 2º do artigo 57 da Lei 8.666/93, a vigência do contrato poderá ser prorrogada caso



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

fique configurada alguma das hipóteses elencadas no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93.

**82.** Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer condição apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

### **SEÇÃO XVII – ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO**

**83.** No interesse da UFGD, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993.

- 83.1.** A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários;
- 83.2.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta Condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.
- 83.3.** Dadas às características do contrato, que é firmado no regime de empreitada por preço unitário e sob demanda, a CONTRATADA declara e aceita que, caso o total de quantidades estimadas para a execução de serviços não seja executado na integralidade, podendo a execução, inclusive, ser reduzida em percentual maior que 25% (vinte e cinco por cento), conforme a demanda verificada durante a execução do contrato, tudo na forma do artigo 65, §2º, inciso II, da Lei 8666/93.

### **SEÇÃO XVIII - DO REAJUSTE**

**84.** Os preços são fixos e irreajustáveis. De todo modo, caso a execução do contrato, por fato não imputável a contratada, venha a ultrapassar o prazo de 12 meses, contado da data da apresentação da proposta, os preços contratados poderão ser reajustados com base no Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

### **SEÇÃO XIX – DO PAGAMENTO**

**85.** Obedecido ao Cronograma Físico-Financeiro, a licitante vencedora solicitará ao órgão competente da Universidade Federal da Grande Dourados a medição dos trabalhos executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

**86.** Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, em conformidade com o Termo de Referência e demais Anexos.

**87.** O CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nos serviços aprovados pela Fiscalização, obedecidas às condições



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

estabelecidas neste Termo de Referência.

- 88.** Os pagamentos das faturas estão condicionados a:
- 88.1.** Análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados;
  - 88.2.** **Apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) dos Serviços, acompanhadas pelos seus respectivos comprovantes de quitação;**
  - 88.3.** **Entrega de documento que comprove a outorga do poço, emitida por órgão competente.**
- 89.** Quando autorizada, a CONTRATADA deve apresentar, para liquidação e pagamento da despesa nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e endereçadas pela CONTRATADA, mediante protocolo, ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 89.1.** Salvo disposição expressa no instrumento contratual ou no termo de referência, a liquidação ocorrerá no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contado do recebimento definitivo do(s) produto(s), mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente (artigo 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei 8.666/93).
  - 89.2.** Tratando-se de despesa cujo montante não ultrapasse o limite previsto no inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, o pagamento ocorrerá no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento definitivo do(s) produto(s), na forma do artigo 5º, § 3º, da Lei 8.666/93.
- 90.** A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 91.** A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:
- 91.1.** Ao final da execução de cada demanda recebida, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro a acompanhar a Autorização para Execução de Serviços, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 92.** A UFGD poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **licitante vencedora**, nos termos deste Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**93.** O pagamento à licitante será realizado em conjunto com às seguintes e prévias diligências:

- 93.1.** Comprovação de regularidade junto à **Justiça do Trabalho** (CNDT), Seguridade/Previdência Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- 93.2.** Consulta sobre a existência de punição e/ou impedimento de licitar ou de ser contratada junto ao CEIS, CNJ e/ou SICAF;
- 93.3.** Atestação quanto à entrega e conformidade da prestação contratada, bem como quanto ao cumprimento das obrigações assumidas;
- 93.4.** Manutenção de todas as condições de habilitação exigidas neste Edital;
- 93.5.** Verificada a existência de irregularidade fiscal perante o SICAF, a empresa, **sem prejuízo do pagamento**, será notificada da ocorrência, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato;
- 93.6.** A existência de registro no SICAF, CEIS ou CNJ, de aplicação de penalidade à empresa CONTRATADA, por órgão da Administração Pública, não impede à efetivação do pagamento.

**94.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **licitante vencedora** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela UFGD, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**SEÇÃO XX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**95.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005 e no art. 34 da Instrução Normativa SEGES nº 03/2018, ficará impedida de licitar e contratar com a União, seus órgãos e entidades, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa, a **licitante** e a **adjudicatária** que:

- 95.1.** Não assinar a ata de registro de preços ou o termo de contrato, quando convocado, não aceitar/retirar a nota de empenho;
- 95.2.** Deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
- 95.3.** Apresentar documentação falsa;
- 95.4.** Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 95.5.** Não mantiver a proposta;
- 95.6.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 95.7.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 95.8.** Fizer declaração falsa;
- 95.9.** Cometer fraude fiscal.

**96.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de habilitação e participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**97.** Considera-se retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.

**98.** Considera-se não manter a proposta a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

**99.** Considera-se falhar na execução contratual o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumidas pelo contratado.

**100.** Considera-se fraudar na execução contratual a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.

**101.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 101.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 101.2.** Multa pelo não atendimento a eventuais exigências legais/contratuais formuladas pela fiscalização: 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia e por ocorrência, até o limite de 10% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- 101.3.** Multa por inexecução parcial desta contratação: 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- 101.4.** Multa por inexecução total desta contratação: 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;
- 101.5.** Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 101.6.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UFGD, pelo prazo de até dois anos.
- 102.** Conjunta ou alternativamente, conforme a gravidade da conduta praticada, poderão ser aplicados aos licitantes que vierem a cometer infrações, durante o procedimento licitatório ou durante a execução do objeto, as penalidades previstas no art. 87, da lei 8.666/1993.
- 103.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 104.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 105.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o seu caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 106.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores).

## **SEÇÃO XXI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 107.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**SEÇÃO XXII – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**108.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

**SEÇÃO XXIII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**109.** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [compras@ufgd.edu.br](mailto:compras@ufgd.edu.br).

**110.** O **Pregoeiro**, devidamente auxiliado por sua equipe e por outros setores técnicos da UFGD, especialmente aqueles que tenham elaborado ou colaborado com a edição do Edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**111.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**112.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [compras@ufgd.edu.br](mailto:compras@ufgd.edu.br).

**113.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio do link *Acesso livre>Pregões>Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

**SEÇÃO XXIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**114.** Ao **Pró-Reitor de Administração** compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado

**114.1.** A anulação do **Pregão** induz à do contrato;

**114.2.** Os **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**115.** No julgamento das propostas e da habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**116.** É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

**117.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**118.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**119.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**120.** Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração da **UFGD**.

**121.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

**122.** As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiverem suportado no cumprimento da obrigação assumida.

**123.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**124.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

**125.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**126.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://portal.ufgd.edu.br/divisao/licitacao/index>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Coordenadoria de Compras - UFGD Unidade II - Rodovia Dourados/Itahum Km 12 Dourados – MS, CEP 79.800-000, nos dias úteis, no horário das 07h30min às 16h30min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

### **SEÇÃO XXV - DOS ANEXOS**

**127.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- 127.1.** ANEXO I – Termo de Referência;
- 127.2.** ANEXO II – Especificações Técnicas;
- 127.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta;
- 127.4.** ANEXO IV – Minuta de Contrato;
- 127.5.** ANEXO V – Projetos e Planilhas de Orçamento Sintético, Analítico, Cronograma e Composição do BDI.

### **SEÇÃO XXVI - DO FORO**

**128.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Dourados, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Dourados/MS, 10 de maio de 2019.

**Paulo Roberto Batista**  
Pregoeiro



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

O objeto desta licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Perfuração, construção de estruturas físicas, testes, ensaios e obtenção das licenças, inclusive a outorga, junto aos órgãos reguladores, de 3 (três) Poços Tubulares, nas Unidades 2 e 3 da Universidade Federal da Grande Dourados**, conforme as especificações técnicas e de quantidades descritas neste e nos demais Anexos.

Este Termo de Referência visa esclarecer as empresas participantes da licitação, identificando os tipos de serviços a executar e estabelecendo as diretrizes gerais para sua execução, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento.

A perfuração dos poços bem como os demais serviços deverão ser executados em conformidade com as disposições contidas neste Termo de Referência e nos demais anexos.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

Inicialmente cumpre informar que a Unidade 2 (Campus Universitário) e 3 (FAECA) localizados na zona rural da cidade de Dourados carecem dos serviços de água encanada, o que demanda a utilização de poços para que a Universidade possa obter água para fornecer ao consumo da comunidade acadêmica.

Diante da expansão do restaurante universitário, e do aumento da necessidade de água do prédio para o preparo de alimentos e higiene do local, bem como da rede de abastecimento atual não possuir capacidade suficiente para atender a nova demanda. Faz-se necessária a perfuração de um poço para que o restaurante e futuramente outras edificações que venham a ser construídas, tenham abastecimento de água assegurado.

No decorrer da tramitação processual, em decorrência de retomada de obras paralisadas e perspectiva real da edificação de novos prédios orçamentários próprios e/ou provenientes de projetos submetidos à órgãos de fomentos, surgiu a necessidade de perfuração de 2 novos poços tubulares:

Em termos de retomada de obras paralisadas, na unidade II com disponibilização de créditos orçamentários, relacionam-se:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

1. Faculdade de Educação à Distância (EAD);
2. Faculdade de Engenharia (FAEN);
3. Faculdade Intercultural Indígena – Parte II – (FAIND II)
4. Centro de Laboratórios Multidisciplinares II

Em termos de obras novas, resultado de projetos específicos, a serem executados via Fundação de Apoio, na Unidade II, já com créditos orçamentários disponibilizados, relacionam-se:

1. Instituto de Pesquisas Ambientais e tecnológicas – IPAMTEC;
2. Laboratório de Engenharia Civil;
3. Laboratório de Experimentação Animal;

Existe também a perspectiva de conclusão de obras paralisadas e/ou novas edificações na Fazenda Experimental, as quais relacionam abaixo:

1. Laboratório de Piscicultura;
2. Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica;
3. Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Pecuária Intensiva.

Com as demandas por água devidamente apresentadas, e considerando:

- a) O permanente primado pelos princípios basilares da eficiência administrativa e da economicidade processual;
- b) O mesmo perfil construtivo do poço ora constante dos autos e dos 2 novos poços propostos;
- c) O mesmo perfil geológico do solo do local em que será perfurado o poço o poço constante dos autos e dos 2 novos poços propostos.

### **2.1. Objetivo da Contratação**

Aumento da disponibilidade de água para atender o restaurante universitário da Universidade Federal da Grande Dourados e também de instalações que sejam futuramente executadas. Este documento tem por objetivo definir e especificar os detalhes técnicos para a perfuração de poço tubular para captação subterrânea

Justifica-se a contratação da perfuração de 3 poços tubulares, através do presente Termo de Referência.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS**

Ainda que estejamos lidando com serviços tidos como de engenharia, a se exigir Anotações de Responsabilidade Técnica, tem-se que os serviços objeto da presente licitação podem ser plenamente considerados serviço comum, haja vista que os padrões de desempenho e qualidade estão definidos objetivamente neste Termo de Referência, bem como no Edital e demais instrumentos que se fizerem necessários, contemplando, inclusive, as especificações



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

usuais de mercado, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000 e no Decreto nº 5.450/2005.

Ademais os serviços para perfuração de poços e a instalação de cercas não envolve grandes complexidades técnicas a ponto de impedir ou inviabilizar a padronização dos serviços. Tal serviço além de possuir baixa complexibilidade, apresentam procedimentos de execução bem definidos, inclusive quanto aos aspectos de qualidade e de desempenho. Isto se deve ao fato de ser amplamente utilizado na engenharia para obtenção de parâmetros para determinação e dimensionamento de fundações, para verificação da estabilidade de solos bem como suas características geomecânicas.

Outro ponto relevante sobre o serviço é o fato de não necessitar de sofisticação tecnologia que já não seja de conhecimento comum das empresas do ramo, e que a quantidade de firmas que prestam tal serviço confirma a facilidade em sua obtenção. Trata-se, portanto, de serviço geralmente oferecido por diversos fornecedores sendo facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir que a decisão de compra se baseie no menor preço, enquadrando – se, portanto, na classificação de serviço comum, conforme definição do art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **4. DAS QUANTIDADES E VALOR MÁXIMO DE AQUISIÇÃO**

**4.1.** A despesa total para a execução do objeto é estimada em **R\$ 383.245,47 (trezentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos)**, conforme quadro abaixo.

<b>Ordem</b>	<b>Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)</b>	<b>Unidade Fornecimento</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>1</b>	<b>Serviço de Perfuração Poço Tubular, com profundidade máxima estimada de até 200m e execução dos demais serviços e teste e ensaios necessários para obter a Outorga, a ser executado próximo ao Restaurante</b>	Serviço	<b>R\$ 127.748,49</b>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

	<b>Universitário, Unidade 2 da UFGD.</b>		
<b>2</b>	<b>Serviço de Perfuração Poço Tubular, com profundidade máxima estimada de até 200m e execução dos demais serviços e teste e ensaios necessários para obter a Outorga, a ser executado próximo ao prédio NUPACE, Unidade 2 da UFGD.</b>	Serviço	<b>R\$ 127.748,49</b>
<b>3</b>	<b>Serviço de Perfuração Poço Tubular, com profundidade máxima estimada de até 200m e execução dos demais serviços e teste e ensaios necessários para obter a Outorga, a ser executado na Fazenda Experimental da UFGD (FAECA), Unidade 3 da UFGD.</b>	Serviço	<b>R\$ 127.748,49</b>

**4.2.** Os valores unitários referentes à composição de custos, a relação de itens, serviços, insumos e as respectivas quantidades, utilizadas para a formação do valor global de cada item, encontram-se disponíveis no **ANEXO V**, na forma de Planilha Eletrônicas (Planilha Orçamentária Sintética e Planilha de Composição de Custos) e fazem parte do presente edital.

## **5. VISTORIA**

**5.1.** A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência.

**5.2.** É facultada às empresas a visita ao local onde desenvolverão os trabalhos, não podendo, portanto, alegar desconhecimento da situação física e nem das eventuais dificuldades para a implantação dos serviços necessários e de sua utilização para a execução do mesmo. Não serão admitidas alegações posteriores em relação às condições técnicas e/ou financeiras.

**5.3.** Para agendamento de visita técnica as empresas devem entrar em contato no telefone (67) 3410-2768, de segunda a sexta-feira das 07:00 as 11:00 e 12:00 as 16:00 ou através do e-mail [diproj.pu@ufgd.edu.br](mailto:diproj.pu@ufgd.edu.br). As visitas deverão ocorrer nos horários acima mencionados e agendadas com antecedência mínima de 02 (dois) dias, a empresa interessada deverá trazer o atestado de visita técnica disponível em anexo devidamente preenchido.

**5.4.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura das propostas;

**5.5.** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

**5.6.** Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante *e-mail*, antes da data fixada para a sessão pública.

**5.7.** A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

**6. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O serviço de mobilização e desmobilização dos equipamentos compreende todos os equipamentos necessários à perfeita execução da perfuração, como fornecimento de água, frete, deslocamentos de equipamentos (dentro ou fora do terreno), guarda de equipamentos e materiais e vigilância do local.

**6.2.** Todos os custos com viagens (passagens aéreas, diárias de hotel, transporte, alimentação, etc), plotagens/impressões, aprovações, anotações de responsabilidade técnica, revisões e qualquer outro custo que envolva a conclusão do serviço contratado deverão estar inclusos nos preços, devidamente embutidos nos itens previstos na Planilha Orçamentária e BDI.

**6.3.** Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as normas vigentes.

**7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS PRAZOS E DO RECEBIMENTO**

**7.1.** Os serviços serão executados conforme discriminado no Anexo II – Especificações Técnicas.

**7.2.** A execução dos serviços será iniciada a contar do recebimento da notificação (Ordem de Serviço) emitida pela Contratante.

**7.2.1.** O prazo para execução dos serviços deverá obedecer ao Cronograma Físico-Financeiro (constante no Anexo III).

**7.3.** Os serviços serão executados em horários e dias programados e definidos pelo setor responsável pela execução dos serviços.

**7.4.** O prazo para início da execução do objeto será de até 10 (dez) dias a partir da retirada/recebimento da Autorização para Execução de Serviços.

**7.5.** O prazo para execução e conclusão dos serviços referente à perfuração, instalação de equipamentos e para a construção das estruturas físicas será de até 30 (trinta) dias, a partir da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

retirada/recebimento da Autorização para Execução de Serviços, para elaboração e apresentação dos produtos.

**7.5.1.** O prazo para obter as licenças, outorga e demais autorizações necessárias para a devida regularização dos poços será de até 60 (sessenta) dias corridos, após a conclusão dos poços.

**7.6.** Será considerado completamente executado o serviço, quando a empresa contratada responsável entregar a contratante o documento que comprove a outorga por órgão competente, não sendo considerado como concluído, somente a conclusão dos serviços de perfuração e instalação do conjunto motobomba.

**7.7. LOCAL DE EXECUÇÃO**

**7.7.1.** Os serviços contratados serão realizados nos seguintes endereços:

- **UNIDADE II** - Rodovia Dourados – Itahum, Km 12 – Dourados/MS (aproximadamente 14 km da Unidade I);
- **UNIDADE III** - Fazenda Experimental – Rodovia Dourados/Itahum, km 12/saída à esquerda (aeroporto) 8km – Zona Rural - Dourados/MS, localizada aproximadamente, à 23km da região central da cidade de Dourados e à 07km da Unidade II, **local este não servido pelo serviço público de transporte coletivo municipal**;

**7.8.** A licitante deverá considerar para efeito de composição de preços dos serviços objeto do presente edital, o valor relativo ao transporte/deslocamento dos profissionais (custo este de responsabilidade da licitante) até os locais de execução dos trabalhos.

**7.9. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

**7.9.1.** Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 05 (cinco) dias, a verificação dos serviços executados, consoante critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.

**7.9.2.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

**7.10.** A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados, com a



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**7.10.1.** Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

**7.10.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

**7.11.** Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

**7.12.** O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 05 (cinco) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**7.12.1.** O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

**7.12.2.** O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

**7.12.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.25 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

**7.12.4.** O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**7.13.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**7.14.** Após a conclusão dos serviços a Contratada deverá encaminhar à fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados todas as informações consideradas importantes a respeito dos projetos.

## **8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**8.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

**8.1.1.** Para fins de padrões mínimos de qualidade todos os materiais elétricos e hidráulicos empregados na execução dos serviços objeto deste instrumento deverão ser certificados pelo INMETRO, bem como os insumos (areia, cimento, etc.) deverão obedecer aos padrões mínimos exigidos no mercado segundo as normas da ABNT.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**9.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**9.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

**9.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

**9.6.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

**9.7.** Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

**9.8.** Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- 9.8.1.** "*as built*", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 9.8.2.** **TODAS AS LICENÇAS** e autorizações perante órgãos municipais, estaduais e federais para a execução da obra e operação do poço;
- 9.8.3.** a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.5.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

**10.6.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

**10.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

**10.8.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

**10.9.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**10.10.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**10.11.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.15.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representa-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

**10.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**10.17.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**10.18.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**10.19.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**10.20.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.21.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**10.22.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**10.23. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);**

**10.24. Obter TODAS AS LICENÇAS e autorizações perante órgãos municipais, estaduais e federais, inclusive a obtenção da OUTORGA DE USO, para a execução da obra e operação do poço, na forma da legislação aplicável;**

**10.25. Realizar a análise da água por meio de laboratórios devidamente cadastrados e credenciados junto ao IMASUL.**

**10.26.** Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

**10.27.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5/2017:

**10.27.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**10.27.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**10.28.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**10.29.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.30.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**10.31.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

**10.32.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

**10.33.** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 12010, nos seguintes termos:

**10.33.1.** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

**10.33.2.** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 10.33-2.1.** resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
  - 10.33-2.2.** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
  - 10.33-2.3.** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
  - 10.33-2.4.** resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 10.33.3.** Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 10.33.4.** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

**10.34.** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

- 10.34.1.** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 10.34.2.** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 10.34.3.** Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

**10.35.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

**10.36.** Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

**10.37.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**10.38.** Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

**10.39.** Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## **11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**11.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 10º do Decreto nº 9.507, 2018.

**11.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**11.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**11.4.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**11.5.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**11.6.** O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**11.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.8.** A fiscalização técnica da execução dos serviços observará, no que couber, o Anexo VIII-A, IN SEGES/MP nº 05/2017.

**11.9.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. DO TERMO DE CONTRATO E DA VIGÊNCIA**

**13.1.** As disposições referentes a termo de contrato, ou instrumento equivalente estão previstas no edital.

## **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** As disposições referentes a termo de contrato, ou instrumento equivalente estão previstas no edital.

## **15. PAGAMENTO**

**15.1.** As disposições referentes ao pagamento estão previstas no edital.

## **16. ÓRGÃO DA UFGD QUE FISCALIZARÁ A EXECUÇÃO DO OBJETO**

**16.1.** A Prefeitura Universitária, através da Divisão de Obras será responsável pela fiscalização, acompanhamento e execução dos serviços objeto deste termo de referência;

**16.2.** As informações sobre o objeto estarão a cargo da Divisão de Projetos, através do telefone: (67) 3410-2768.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

Dourados, 22 de março de 2019.

---

**Silvio Pereira Costa**

Engenheiro Eletricista

Chefe da Divisão de Projetos

Siape nº 2139681

Aprovo o presente Termo de Referência e a continuação dos trâmites para a contratação.

---

**Vander Soares Matoso**

Pró-reitor de Administração



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47

---

## ANEXO III

### ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. INTRODUÇÃO

**1.1.** Este documento apresentará à metodologia as normas e as especificações a serem observadas para a execução dos serviços.

**1.2.** As informações destes Anexos serão complementadas pelas disposições contidas no Anexo II, sempre que se fizer necessário.

#### 2. DAS DEFINIÇÕES E CONCEITOS INERENTES AOS SERVIÇOS

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, CONTRATANTE das obras e/ou serviços.

CONTRATADA – Empresa contratada pela UFGD para a execução das obras e/ou serviços.

FISCALIZAÇÃO - Pessoa física designada pela UFGD para fiscalizar a execução das obras e/ou serviços.

#### 3. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTO

A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

Na execução do objeto contratado deverá ser observada a legislação municipal, estadual e federal pertinentes, assim como todas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT aplicáveis.

A contratada se encarregará de obter **TODAS AS LICENÇAS** e autorizações perante órgãos municipais, estaduais e federais para a execução da obra e operação do poço, ficando também sob sua responsabilidade, o registro no CREA da construção do poço.

Abaixo estão elencadas as normas, leis, decretos e manuais que foram utilizados para a elaboração deste termo de referência e que devem ser expressamente atendidos e analisados pela empresa contratada.

➤ **RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015;**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

- NBR 12.244:2006 - CONSTRUÇÃO DE POÇO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA;
- MANUAL – OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS – IMASUL DEZ/2015;
- CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. DECISÃO NORMATIVA Nº 059, de 09 de Maio de 1997.
- MATO GROSSO DO SUL. Lei Nº 3.183, de 21 de fevereiro de 2006.

#### **4. DIREITOS E AUTORIDADE DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização poderá exigir que sejam adotadas pela CONTRATADA, providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

A fiscalização poderá suspender os serviços da obra total ou parcialmente sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares de segurança ou outros.

A CONTRATADA não poderá alegar em hipótese alguma desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas deste termo de referência, do contrato ou projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e no contrato.

A CONTRATADA deverá manter permanentemente e colocar à disposição da fiscalização, os meios necessários e aptos a permitir as medições dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos.

A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações, sempre de conformidade com o contrato, o código civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A CONTRATADA será obrigada a afastar do serviço e do canteiro de trabalho todo e qualquer elemento que, por conduta, pessoal ou profissional, possa prejudicar o bom andamento da obra.

A CONTRATADA só poderá executar serviços autorizados pela CONTRATANTE, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra.

#### **5. ORIENTAÇÕES GERAIS**

A locação da obra deverá ser realizada de acordo com o projeto e o proposto pela UFGD.

Essa locação só poderá ser iniciada com a presença da fiscalização da CONTRATANTE ou pessoa por ela autorizada.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

O canteiro de obras deve ter acomodações higiênicas e confortáveis, além de equipamentos de segurança coletivos e primeiros socorros.

Os serviços deverão obrigatoriamente ter a orientação e responsabilidade técnica de um geólogo ou Engenheiro de Minas, e serem executados por sondador e equipe funcionários experientes na construção de poços.

Deverão ser tomadas todas as precauções necessárias para evitar prejuízos a terceiros, ficando a contratada responsável pelos danos que ocorrerem em função da obra.

A água do poço por ocasião do ensaio de bombeamento deverá ser conduzida para local aonde seu despejo não venha causar danos a propriedades ou ocasionar condições indesejáveis, devendo esta ser encaminhada para a rede de águas pluviais mais próxima evitando seu acúmulo no terreno e descarte em local inadequado.

A CONTRATADA não poderá sub-empregar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma transferir a terceiros os serviços contratados. Casos específicos serão analisados pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá mediante visita prévia ao local do poço, inteirar-se das condições de acesso, bem como da disponibilidade de água e energia a ser usada na perfuração, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

O terreno na área de implantação do poço deverá ser preparado de forma a impedir que águas superficiais, pluviais ou de serviço tenham caimento no sentido do eixo do poço.

Os empregados da CONTRATADA, quando presentes no canteiro de obras, deverão estar uniformizados e com equipamentos de segurança individual (capacetes, botinas apropriadas, luvas, etc).

## **6. DIREITOS E AUTORIDADE DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização poderá exigir que sejam adotadas pela CONTRATADA, providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

A fiscalização poderá suspender os serviços da obra total ou parcialmente sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares de segurança ou outros.

A CONTRATADA não poderá alegar em hipótese alguma desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas deste termo de referência, do contrato ou projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e no contrato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

A CONTRATADA deverá manter permanentemente e colocar à disposição da fiscalização, os meios necessários e aptos a permitir as medições dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos.

A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações, sempre de conformidade com o contrato, o código civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A CONTRATADA será obrigada a afastar do serviço e do canteiro de trabalho todo e qualquer elemento que, por conduta, pessoal ou profissional, possa prejudicar o bom andamento da obra.

A CONTRATADA só poderá executar serviços autorizados pela CONTRATANTE, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra.

## **7. METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **7.1. MÉTODO DE PERFURAÇÃO**

A perfuração deverá ser realizada pelo método rotopneumático, sendo de inteira responsabilidade do contratado a disponibilização de equipamentos e equipes completas para execução dos trabalhos no prazo previsto.

### **7.2. PROFUNDIDADE**

A profundidade do poço fica estimada em **200 (duzentos) metros**, para efeito de licitação, conforme demonstra o perfil construtivo em anexo, A profundidade do poço fica estimada em **200 (duzentos) metros**, para efeito de licitação, conforme demonstra o perfil construtivo em anexo, podendo avançar a profundidades superiores, a depender das condições hidrogeológicas do local a ser verificada durante a construção do poço, com profundidade **mínima de 50 metros**, a metragem que faltar ou ultrapassar os 200 metros será descontada ou aditivada com base no preço da proposta. Não será aceito em hipótese alguma a alegação de problemas técnicos e geológicos para não realização do poço nas profundidades estabelecidas podendo avançar a profundidades superiores, a depender das condições hidrogeológicas do local a ser verificada durante a construção do poço, com profundidade **mínima de 50 metros**, a metragem que faltar ou ultrapassar os 200 metros será descontada ou aditivada com base no preço da proposta. Não será aceito em hipótese alguma a alegação de problemas técnicos e geológicos para não realização do poço nas profundidades estabelecidas.

Quando o poço perfurado na locação prioritária, após atingir a profundidade de projeto, for considerado seco, isto é, com vazão inferior a 400 l/h (por ser considerada esta muito aquém da necessária), a CONTRATADA terá a opção de retirar os materiais



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

constituintes do poço (revestimentos, filtros, etc), e o mesmo não será medido. A Contratada perfurará outro poço em outra localização próxima, ainda a ser definida, o qual atingirá, no máximo, a profundidade da primeira tentativa ou, caso produza uma vazão que atenda à demanda, uma profundidade menor.

Após a segunda perfuração, o poço sendo produtivo ou não será medido com a profundidade igual à da perfuração frustrada na primeira locação, conforme projeto.

### **7.3. DIÂMETROS DE PERFURAÇÃO E COLETA DE AMOSTRAS**

Diâmetro inicial de 14 ¾" ( quatorze e três quartos de polegada) para o trecho de solo, e de 10" (dez polegadas) para o trecho de basalto.

Durante a perfuração deverão ser retiradas amostras de calha, em intervalos de 6,0 em 6,0 m, ou em toda vez que houver mudanças na litologia.

Deverá ser traçado um perfil do caráter geológico de cada camada, como espessura, profundidade das camadas, determinando a profundidade do poço artesiano.

### **7.4. REVESTIMENTO**

O poço deverá ser parcialmente revestido com tubo de PVC, nervurado, reforçado de 8", conforme projeto.

O revestimento em filtro deverá ser de aço espiralado de 8" e abertura de 0,75 mm, conforme projeto.

No transcorrer da perfuração deverá ser avaliado pela fiscalização a colocação ou não de colunas filtrantes para captação das águas situadas na zona de contato rocha alterada/rocha sã. O filtro do poço artesiano deverá ter uma área de abertura e comprimento, suficiente para permitir a entrada de água no poço, com velocidade inferior a 3 cm/s. O filtro deverá possuir características técnicas e construtivas de acordo com a formação geológica do aquífero artesiano, para atender a vazão desejada. Este filtro deve impedir a entrada de areia e outros materiais, capazes de danificar o mesmo e inutilizar o poço.

Os tubos de revestimento e o filtro deverão ter características anticorrosivas e ante incrustações de acordo com a ação corrosiva e de incrustação da água do poço.

### **7.5. CIMENTAÇÃO E LAJE DE PROTEÇÃO SANITÁRIA**

O material utilizado na cimentação deverá ser constituído de pasta de cimento e areia, no traço 1:1 em volume e relação água-cimento de 80 litros de água para 100 litros de cimento.

Nenhuma perfuração ou outro serviço qualquer serão permitidos no poço durante 24 horas após o término da cimentação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

Uma vez concluídos todos os serviços no poço, deverá ser construída uma laje de concreto, traço 1:3, com 1 (um) metro de lado, envolvendo o tubo de revestimento.

A laje deverá ter declividade de 2% (dois por cento), do poço para a borda e ter um ressalto periférico de 15 (quinze) centímetros sobre a superfície do terreno.

#### **7.6. BOCA DO POÇO**

Deverá ser de 0,5 metros acima da laje de proteção sanitária podendo ser aumentada a critério da fiscalização.

A altura da boca do poço deverá ser descontada da profundidade do poço.

A parte externa do poço deverá ser revestida por tubo de aço com pintura azul, sobre fundo antioxidante.

#### **7.7. ABANDONO DO POÇO**

Caso a empresa contratada venha provocar danos na perfuração do poço até sua maior profundidade, ou no caso em que tenha de abandonar a execução deste, devido à perda de ferramenta ou por qualquer outro motivo, o furo abandonado deverá ser preenchido com argamassa de argila e cimento, podendo a empresa remover o tubo de revestimento caso julgue conveniente. Este procedimento deverá ser executado por conta da contratada sem gerar ônus a contratante.

#### **7.8. DESENVOLVIMENTO**

O serviço de desenvolvimento do poço deve ser iniciado imediatamente, após a conclusão do revestimento. O desenvolvimento do poço deverá ser feito utilizando-se os métodos mecânicos, e/ou com aplicação do sistema air lift. Tal procedimento deverá servir como indicativo de produção do poço, para subsidiar o teste de produção.

O desenvolvimento será considerado concluído quando for atingida uma turbidez igual ou menor que 1 NTU ou 10 mg de sólido para cada litro de água extraída durante a limpeza do poço.

Os tubos do compressor ou as hastes de perfuração devem descer no poço e ter o injetor de ar instalado inicialmente em uma posição de aproximadamente 30 m acima do fundo ou a critério da fiscalização, de forma a poder ser rebaixado até o fundo do poço, conforme for se desenvolvendo os serviços de retirada de lama e areia do fundo do poço.

Caso exista a necessidade de caçambas, transporte para execução do serviço, este será totalmente por conta da contratada.

#### **7.9. TESTE DE BOMBEAMENTO**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

O teste de bombeamento deverá ser realizado com motobomba submersa nova ou em boas condições de funcionamento, com potência suficiente para retirar a maior vazão possível do poço. Deverá ser executado teste escalonado, com o equipamento instalado dentro do poço a 80% de profundidade, podendo essa profundidade ser alterada a critério da fiscalização. Com o registro de saída da bomba todo aberto, deve-se medir a variação da vazão e do nível dinâmico em intervalos de 15 minutos, durante todo o tempo necessário para a estabilização do nível dinâmico. Com o nível dinâmico estabilizado, procede-se a redução da vazão para 30% e mede-se a recuperação do nível dinâmico até a sua nova estabilização. Deve-se repetir esta operação de forma a se ter quatro estágios de vazões escalonadas. Só poderá ser passado de um estágio para outro após duas horas de estabilização do nível dinâmico do estágio anterior. As vazões devem ser medidas em recipientes aferidos e com cronômetro.

#### **7.10. TESTE DE RECUPERAÇÃO**

Após a conclusão do teste de bombeamento deverá ser executado de forma imediata o teste de recuperação do poço. O procedimento do teste consiste na medida do tempo de recuperação do nível estático original do poço. O teste de recuperação será dado como concluído quando o nível d'água retornar a posição original ou, no mínimo, que a recuperação atinja 97% do rebaixamento total.

#### **7.11. DESINFECÇÃO E COLETA DE ÁGUA**

Após inteiramente construído, o poço deverá ser completamente limpo retirando-se todos os materiais estranhos, inclusive ferramentas, madeiras, cordas, fragmentos de qualquer natureza, cimento, óleo, graxa, tinta de vedação ou espuma. Em seguida, o poço deverá ser desinfetado com solução de cloro. Essa operação deve ser feita mediante a introdução no poço de uma solução clorada, de tal modo que se obtenha uma concentração de 50 mg/l de cloro. O material usado para este fim poderá ser uma solução de hipoclorito de sódio a 10%, usando-se 1/2 litro da solução para cada m<sup>3</sup> de água no poço, ou uma solução de hipoclorito de cálcio a 65%, usando-se 80 g para cada m<sup>3</sup> de água no poço, ou água sanitária a 5%, colocando-se 5 litros por m<sup>3</sup> de água no poço. Após a colocação da solução, deve-se deixar o poço em repouso mínimo de 2 horas.

A coleta de água deverá ser feita 12 horas após a desinfecção do poço para análise físico-química e bacteriológica e deverá ocorrer após o bombeamento em descarga livre por um tempo mínimo de 2 (duas) horas, utilizando-se vasilhame adequado fornecido pelo laboratório, desinfetado e com volume compatível. Antes da coleta, lavar a garrafa com água do poço e, a seguir, fazer a coleta diretamente da boca do poço.

O prazo entre a coleta e a entrega da amostra do laboratório não deve exceder a 24 horas. Durante a coleta da água devem ser feitas as determinações de pH e de temperatura da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

água da boca do poço. A amostra coletada deverá ser conservada dentro do gelo durante o seu transporte até o local da análise. Observar as recomendações específicas do laboratório. Todo o procedimento e obtenção da análise ficam por conta da empresa contratada.

7.11.1.

7.11.2. Realizar a análise da água por meio de laboratórios devidamente cadastrados e credenciados junto ao IMASUL

**7.12. OBRAS COMPLEMENTARES**

- A contratada deverá entregar o poço com as obras complementares executadas, conforme os requisitos presentes na RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015, sendo estes;
- Laje de proteção conforme descrito no item 8.5;
- Cavalete;
- Tubo auxiliar destinado a medir os níveis de água do poço;
- Hidrômetro;
- Dispositivo para coleta de água na saída do poço;
- Cerca telada com 2,5m de lado e 1,5 m de altura;
- Abrigo de alvenaria para proteção do quadro de comando da bomba (conforme croqui em anexo);
- Lacre de chapa soldada de tampa rosqueável, com cadeado de segurança.

**7.13. CONJUNTO MOTOBOMBA**

A Contratada deverá fornecer e instalar os equipamentos necessários para a utilização do poço, dentre eles:

- Motobomba submersa de no mínimo 14 HP;
- Quadro de comando;
- Tubo edutor;
- Adaptadores;

Caso durante a realização dos testes após a perfuração do poço, se constatar a necessidade de uma motobomba submersa de maior potência para que se atenda a vazão



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

estabelecida em projeto, a contratada deverá informar o fato a fiscalização que irá analisar a medida a ser tomada.

#### **7.14. REQUISITOS GERAIS A SEREM OBSERVADOS**

Executar os trabalhos de acordo com a NBR 12.244 – Construção de poço para captação de água subterrânea – e as exigências constantes desta especificação;

A fiscalização da poderá rejeitar e solicitar a qualquer tempo a substituição de funcionário da contratada, equipamento ou materiais que não considere adequado ou que não atenda as especificações;

Quaisquer danos que ocorram a bens móveis, imóveis ou ao meio ambiente, devido à construção do poço tubular e aqueles resultantes da imperícia, imprudência ou negligência na execução dos serviços, serão de responsabilidade única da contratada, devendo reparar e responder por eles;

Remover e dar destino adequado dos sedimentos resultantes da perfuração do poço tubular tais como: materiais utilizados, descarte do fluido de perfuração e descarte da água do desenvolvimento e do teste de produção, de forma que ao retirar o equipamento o terreno esteja limpo e reconstituído;

Os recolhimentos das taxas federais, estaduais e municipais, para a construção e operação do poço são de responsabilidade da contratada;

A empresa contratada ficará obrigada a apresentar, mediante solicitação da contratante, mesmo depois da realização da obra, quaisquer documentos necessários ao esclarecimento de dúvidas ou questões sobre o andamento dos serviços, materiais ou equipamentos utilizados no poço ou sobre as características ou condições de operação e manutenção do mesmo.

#### **8. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES**

Ao final dos serviços a empresa contratada deverá entregar, para cada um dos itens os seguintes documentos/resultados:

##### **8.1. Relatório técnico do poço, contendo, no mínimo as seguintes informações:**

- 8.1.1. Nome do contratante;
- 8.1.2. Localização do poço
- 8.1.3. Cota do terreno
- 8.1.4. Método de perfuração e equipamentos utilizados



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

- 8.1.5. Perfil litológico e profundidade final do poço;
- 8.1.6. Perfil composto;
- 8.1.7. Materiais utilizados com indicação de diâmetro tipos e espessura;
- 8.1.8. Cimentações com indicações dos trechos cimentados;
- 8.1.9. Planilhas de teste final de produção, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados; análise físico-química e bacteriológica da água, realizado em laboratório credenciado junto ao IMASUL, contendo as interpretações dos resultados, de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde, (alterações e substituições), bem como a Resolução CONAMA 396/2008;
- 8.1.10. Indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico e indicação do nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado;

**8.2. O conjunto de documentos que compõem o relatório técnico do poço é:**

- 8.2.1. Relatório do poço;
- 8.2.2. Perfil geológico e construtivo do poço;
- 8.2.3. Relatório de testes de produção e recuperação;
- 8.2.4. Boletim de análises físico-químicas e bacteriológicas;
- 8.2.5. Anotação de responsabilidade técnica – ART;
- 8.2.6. Outorga para uso do poço emitida pelo órgão competente.

Os modelos padronizados da FUNASA podem ser usados ou tomados como base para apresentação do Relatório Técnico do Poço.

Na elaboração do perfil geológico e construtivo do poço especial atenção deve ser dada à representação e indicação das entradas d'água e zonas fraturadas.

**8.3. As análises físico-químicas e bacteriológicas deverão atender as seguintes tabelas da Portaria n.º 1.469:**

- 8.3.1. Tabela 1, padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano;
- 8.3.2. Tabela 2, padrão de turbidez para água pós-filtração ou pré-desinfecção;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

8.3.3. Tabela 5, padrão de aceitação para consumo humano.

**9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**9.1.** A CONTRATADA deve apresentar a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), devidamente paga(s), referente(s) ao(s) serviço(s) executados. A(s) ART/RRT(s) deve(m) conter o(s) nome(s) do Responsável(eis) pela execução, o nome e endereço do local de implantação das obras.

**10. DA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS**

**10.1.** Os serviços objeto da presente contratação somente serão considerados concluídos com a obtenção das licenças de outorgas emitidas pelo IMASUL

**10.2.** Os documentos devem ser entregues à fiscalização nomeada pela UFGD, que procederá a conferência e análise da pertinência do produto entregue para posterior aceite e pagamento



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA**

À  
 Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD  
 Ref.: Pregão Eletrônico 38/2019  
 Abertura das propostas  
 Horário: \_\_\_\_\_ horas \_\_\_\_\_ minutos.

Apresentamos a nossa proposta de preços, detalhada conforme na planilha anexa, que trata o Pregão Eletrônico nº 38/2019, para a **execução dos serviços de Perfuração, construção de estruturas físicas, testes, ensaios e obtenção das licenças, inclusive a outorga, junto aos órgãos reguladores**, conforme especificações constantes do respectivo edital e seus anexos.

01. Os prazos por nós indicados são os que se seguem:

a) prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias;

02. A Empresa \_\_\_\_\_, DECLARA EXPRESSAMENTE que:

a) Os serviços serão prestados por profissionais habilitados e de conhecimento técnicos para execução, devendo possuir necessariamente um **geólogo e um engenheiro civil**, bem como que se compromete a efetuar todos os recolhimentos previdenciários, tributários e fiscais decorrentes do objeto da contratação a ser efetuada, conforme modelo.

b) O profissional abaixo indicado, ora apresentado para fins de habilitação, executará os serviços objeto deste contrato. (Anexar prova do vínculo)

Nome completo do profissional	Especialidade	Nº CREA	CPF E RG

**03. Para tanto, nos propomos a executar a integralidade da obra pelo preço constante da planilha de preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

**04. Os dados da nossa empresa são:**

a) Razão Social: \_\_\_\_\_;

b) CGC (MF) n.º: \_\_\_\_\_;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

- c) Inscrição Estadual n.º: \_\_\_\_\_;  
d) Inscrição Municipal nº \_\_\_\_\_;  
e) Endereço: \_\_\_\_\_;  
f) Fone: \_\_\_\_\_;  
h) CEP: \_\_\_\_\_;  
i) Cidade: \_\_\_\_\_;  
j) Estado: \_\_\_\_\_;

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação: emitir em papel que identifique a licitante.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47

**ANEXO IV**

**MINUTA DO CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO N.º XX/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD E A EMPRESA [REDACTED] PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS, SOB DEMANDA NAS PROPRIEDADES DA UFGD.

**A Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, com sede na rua João Rosa Goes, 1761, Vila Tonani, CEP 79.825-070, em Dourados - MS, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.775.847/0001-97, representada por sua Reitora, professora Liane Maria Calarge, nomeado pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de ....., inscrita no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. ...., estabelecida (inserir endereço completo, telefone e e-mail) neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pelo seu pelo seu (*inserir cargo*), Senhor (*inserir nome completo*) ....., portador da Cédula de Identidade nº. .... SSP/ e CPF (MF) nº ....., de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração/contrato social/estatuto social, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente contrato, tem como objeto **execução dos serviços de Perfuração, construção de estruturas físicas, testes, ensaios e obtenção das licenças, inclusive a outorga, junto aos órgãos reguladores**, conforme as especificações técnicas e de quantidades previstas no Termo de Referência – Anexo I e nos demais anexos do Pregão Eletrônico nº 38/2019.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

2. Integram o presente contrato, para todos os efeitos de direito, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão, o Termo de Referência os demais Anexos, e a proposta vencedora apresentada pela contratada.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

1. Os serviços objeto do presente contrato serão realizados sob o regime de empreitada por preço unitário.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO.**

1. O valor global estimado para este contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), os quais serão pagos mensalmente conforme as medições a serem realizadas pela fiscalização do contrato, observados os preços unitários a seguir elencados:

**CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA**

1. A despesa neste exercício com a execução do objeto de que trata este contrato corre à conta do Elemento Orçamentário 449052-92 - Instalações.

2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada no orçamento da Universidade Federal da Grande Dourados pela Lei Orçamentária Anual.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

1. O prazo de vigência deste contrato é de 180 (cento) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

2. Desde que devidamente justificada, conforme exigência do § 2º do artigo 57 da Lei 8.666/93, a vigência do contrato poderá ser prorrogada caso fique configurada alguma das hipóteses elencadas no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA – DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. A execução dos serviços objeto do presente contrato terão início a partir da convocação da CONTRATADA para recebimento da demanda, cujo prazo para atendimento será de até 10 (quinze) dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE**

1. Caberá a CONTRATANTE:

- 1.1. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA
- 1.2. acompanhar e fiscalizar o andamento da execução dos serviços, mediante o gestor/fiscal do contrato, que deverá, ainda, atestar as faturas;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 1.3. rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelas UFGD ou com as especificações constantes do Termo de Referência;
- 1.4. solicitar que seja feito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência;
- 1.5. permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA em suas dependências para a execução do objeto contratado;
- 1.6. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 1.7. exercer as demais prerrogativas e direitos contidos no Termo de Referência e nas leis administrativas aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**

1. Caberá à CONTRATADA, **além dos encargos e obrigações previstos no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 38/2019** e proposta apresentada:

- 1.1. Providenciar, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via à fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados;
- 1.2. reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em desacordo com o pactuado, no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;
- 1.3. manter seus empregados identificados, quando em trabalho ou visita em estabelecimento da contratante, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;
- 1.4. responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 1.5. arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados no recinto da CONTRATANTE;
- 1.6. indicar preposto para representá-la no relacionamento com a CONTRATANTE
- 1.7. comunicar à Administração da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

- 2.1. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, bem como seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- 2.2. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- 2.3. a divulgação de informações a que tiver acesso em virtude da execução do objeto da presente contratação;
- 2.4. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 2.5. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO CONTRATO**

1. Os preços são fixos e irreajustáveis. De todo modo, caso a execução do contrato, por fato não imputável a contratada, venha a ultrapassar o prazo de 12 meses, contado da data da apresentação da proposta, os preços contratados poderão ser reajustados com base no Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

1. Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada pela Pró-Reitoria de Administração, ou por representante do CONTRATANTE, devidamente designado entre os servidores, permitida a assistência de terceiros designados formalmente.
2. O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
3. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
4. O fiscal do contrato receberá a nota fiscal/fatura apresentada pela contratada e fará a devida atestação, para fins de liquidação e pagamento.
5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidade assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93.
6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes preposto, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

1. O prazo e as formas para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2019.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

1. A entrega do(s) objeto(s) contratado será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração da UFGD, designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

2. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 5 (cinco) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

3. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, objeto desse contrato será recebido:

3.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, **mediante termo circunstanciado que detalhe e explicita os itens de serviços que foram executados**, assinado pelas partes em até 5 dias (cinco) dias da comunicação escrita do contratado;

3.2. **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, **mediante termo circunstanciado em que detalhe e explicita os itens de serviços que foram executados**, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta lei;

4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

5. O recebimento definitivo do objeto licitação não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei 10.406, de 2002).

6. A atestação de conformidade da entrega do(s) objeto(s) caberá ao órgão competente da UFGD, mediante servidor designado para esse fim.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico nº 38/2019 e da respectiva proposta apresentada pela CONTRATADA, com fundamento na Lei



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, dentre outros aplicáveis à espécie.

2. O presente contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 38/2019 e seus anexos, constante do Processo nº 23005.001552/2017-47 e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. O contrato será realizado por execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.

2. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

3. No interesse da Administração CONTRATANTE, o valor inicial do objeto do contrato poderá ser aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos que se fizerem necessários, observado o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento).

5. Dadas às características do contrato, que é firmado no regime de empreitada por preço unitário e sob demanda, a CONTRATADA declara e aceita que o total de quantidades estimadas para a execução de serviços e para o fornecimento de peças não seja executado na integralidade, podendo a execução, inclusive, ser reduzida em percentual maior que 25% (vinte e cinco por cento), conforme a demanda verificada durante a execução do contrato, tudo na forma do artigo 65, §2º, inciso II, da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2019.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

2. A rescisão deste contrato pode ser:

- 2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
- 2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativas previstas no art. 77 da Lei 8.666, de 1993.

5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.2. Relação de pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.3. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. O contrato rege-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público. Havendo omissão, aplicar-se-ão, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, aplicados por força do artigo 9º da Lei 10.520/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Dourados- MS, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCLUSÃO**

1. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

UNIVERSIDADE FEDERAL

DA GRANDE DOURADOS

(Nome da Autoridade Competente)

(Cargo da autoridade competente)

CONTRATADA

Representante Legal



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

RG:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

RG



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PROCESSO Nº 23005.001552/2017-47**

---

**ANEXO V**

**Projetos e Planilhas de Orçamento Sintético, Analítico, Cronograma e  
Composição do BDI**

- 1.** Os arquivos referentes ao Projeto Básico, Executivos, Memoriais de especificações, Planilhas de Composição de Custos Unitários, Orçamento Sintético, Cotações, BDI, Cronograma constam em arquivos digitais divulgados junto com o edital em arquivo único compactado.
- 2.** O arquivo apresentado na forma do Anexo V é composto pelos seguintes documentos:
  - a. PROJETO DE INFRAESTRUTURA;**
  - b. PERFIS CONSTRUTIVOS;**
  - c. Arquivos de localização**
  - d. Planilhas orçamentárias sintéticas**
  - e. Planilha de composição;**
  - f. Cronograma;**
  - g. Composição BDI.**